



Fotojornalismo e a criação de outros possíveis (ainda não) na partilha do sensível

Rafael Giovani Venuto¹

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Em que pese as especificidades do fotojornalismo enquanto campo devotado primordialmente à informação, ainda há dúvidas em relação à complexidade que emerge de suas imagens. Ao tomar duas fotos produzidas, respectivamente, pelo portal de notícias ND+, de Florianópolis, e C.H.O.C Documental, coletivo de fotojornalistas brasileiros, o presente artigo propõe uma aproximação entre os pensamentos de Jacques Rancière e Boaventura de Sousa Santos, isto com o intuito de refletir sobre a hipotética capacidade do fotojornalismo de atuar na [re]configuração do mundo sensível partilhado. Tal diálogo teórico, que recorre às noções de consenso, dissenso, tradução, partilha (política e policial) do sensível, emancipação, sociologias das ausências e emergências, sugere outras perspectivas à práxis fotojornalística e sua relação com corpos “sem-lugar”, corpos possíveis e impossíveis, visibilidades e invisibilidades.

Palavras-chave: jornalismo; fotojornalismo; subjetivação estético-política; [in]visibilidades; real; ficção.

1. Fotojornalismo: uma questão estético-política

Em uma de suas principais obras, *A partilha do sensível* (2005), Jacques Rancière sustenta a existência de dois tipos de partilha. Enquanto a primeira, denominada política, prevê uma série de dissensos que [re]configuram o comum compartilhado, criando diferentes sentidos comunitários e outras possibilidades de subjetivação estético-política, a segunda, notadamente policial, estabelece lugares fixos, deseja nomes exatos e se sus-

¹ Doutorando em jornalismo pelo Programa de Pós-graduação em Jornalismo (PPGJOR) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Orientação: Flávia Garcia Guidotti (flavia.g.guidotti@gmail.com)
Mestre em jornalismo pelo mesmo programa e instituição. E-mail: rafael.vnt@gmail.com

tenta na imutabilidade e na rigidez da disposição dos corpos, seus possíveis e impossíveis. Naturalmente, os efeitos de cada uma delas são diversos, senão diametralmente opostos. Tal proposição, apesar da aparente simplicidade, traz consigo a emergência de maiores esclarecimentos, ao que o presente artigo recorre às ideias de outro pensador de nosso tempo, Boaventura de Sousa Santos, em especial aquelas que versam sobre as sociologias das ausências e das emergências, as quais propõem, de um lado, expandir o presente e, de outro, contrair o futuro (SANTOS, 2002), o que em muito se relaciona com possíveis e potenciais “ainda-não”. Assim, ao refletir sobre o fotojornalismo e sua hipotética capacidade de colaborar para a [re]configuração da “ordem” do sensível, do que pode ser visto, dito e pensado/subjetivado, bem como quem pode ver, dizer e pensar/subjetivar, tal diálogo teórico pode vir a fornecer pistas sobre como tais dinâmicas e intersecções se [de]formam por trás, ao lado e no meio da complexa trama do ecossistema social. Obviamente não se trata de estabelecer tais fronteiras, pelo contrário, mas perguntar sobre como a atividade fotojornalística pode vir a colaborar para sugerir outras disposições que envolvem lugares “plenos” e “vazios”, possíveis e impossíveis de corpos e corporalidades, visibilidades e invisibilidades, gritos e silêncios.

A fim de tornar mais evidente o caminho que será percorrido, ressalto o ponto a partir do qual a reflexão se dá, sendo este duas imagens produzidas, respectivamente, pelo portal de notícias ND+, de Florianópolis, e pelo C.H.O.C Documental, coletivo de fotojornalistas brasileiros que se empenha em retratar a sociedade e os conflitos que ocorrem em seu interior. Tais imagens, que serão apresentadas a seguir, embora tenham em comum o fato de mostrarem pessoas em situação de rua, diferem entre si não apenas pelos aspectos técnicos empregados no momento da captura e os contextos em que se inserem, senão que denotam diferentes disposições estético-políticas dos sujeitos retratados. Vale ressaltar, porém, que apesar de concordar com Rancière (2012) sobre a ineficácia de qualquer tipo de arte engajada e do fotojornalismo no sentido de transformar radicalmente o mundo, isto porque a simples representação de uma tragédia, violência ou desigualdade não resulta necessariamente em tomada de consciência para a ação, para a luta por transformações, há nelas algo que denomino *vetores de subjetivação estético-política*. Tal conceito, que venho desenvolvendo ao longo de minha tese desde a metade de 2019, sinaliza basicamente para a desconstrução ou reiteração da lógica poli-

cial nos termos vistos anteriormente. Em outras palavras, há imagens/vetores que “tiraram” do lugar supostamente originário e consensual os corpos/pessoas fotografados, atribuindo-lhes significados e contornos outros, assim como há imagens/vetores que, pelo contrário, reiteram posições, reforçam estereótipos e diminuem a complexidade de significações possíveis das múltiplas existências que permeiam nosso devir. Entendo, porém, que toda imagem carrega em si algo de indecível, algo que foge à intenção do autor, ao que reconheço desde já a multiplicidade de entendimentos e afetos que podem decorrer do contato com os exemplos não normativos e limitantes ora trazidos.

A primeira imagem (Figura 1) foi publicada dia 28 de junho de 2019 e ilustra matéria intitulada “Florianópolis se preocupa com quantidade de moradores de rua”². Sem querer entrar no mérito sobre o modo como a reportagem foi construída, mas também não querendo me furtar à “tarefa” de expor aspectos que possam vir a colaborar para a reflexão, é interessante observar que, além de mostrar um indivíduo sem rosto, sem nome, sem lugar (ou que ocupa um lugar “impróprio”), em nenhum momento a voz do sujeito fotografado foi ouvida. Como fontes de informação, o repórter selecionou apenas cinco: 1) o diretor da Assistência Social do município, Sandro Azevedo; 2) Maria, cujo verdadeiro nome não foi revelado por motivo desconhecido; 3) a funcionária pública Rosane Schneider; e 4) duas operadoras de caixa, Josiane Faustino e Amanda Freitas.

Ao contrário do que sugere a boa prática jornalística, que pressupõe ouvir todas as partes envolvidas nos acontecimentos noticiados, o conteúdo oferecido se mostra extremamente tendencioso e expõe de modo superficial uma série de números que pouco ou nada dizem sobre a vida das pessoas que representam um “Incômodo diário”, conforme sugere um dos intertítulos da matéria.

² Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/area-central-de-florianopolis-sofre-com-a-quantidade-de-mendigos/>

Figura 1: Segundo a prefeitura, 459 pessoas vivem em situação de rua em Florianópolis.



Fonte: Flavio Tin/ND

Mesmo não querendo me demorar em tal aspecto, que diz muito também sobre o modo como o jornalismo ali apresentado colabora para a estigmatização de determinados grupos e indivíduos, o que fica evidente, tanto no texto quanto no título e intertítulos, bem como na imagem em questão, é que a abordagem escolhida pelo veículo denota um caráter fortemente desumanizador, que coisifica as existências, o que se liga umbilicalmente ao que pondera Santos (1988, p. 6) quando comenta sobre um dos mais marcantes paradigmas da ciência:

O comportamento humano [...] não pode ser descrito e muito menos explicado com base nas suas características exteriores e objetiváveis, uma vez que o mesmo ato externo pode corresponder a sentidos de ação muito diferentes. A ciência social será sempre uma ciência subjetiva e não objetiva como as ciências naturais; tem de compreender os fenômenos sociais a partir das atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às suas ações, para o que é necessário utilizar métodos de investigação e mesmo critérios epistemológicos diferentes dos correntes nas ciências naturais, métodos qualitativos em vez de quantitativos, com vista à obtenção de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, em vez de um conhecimento objetivo, explicativo e nomotético.

Se por um lado é importante que se ouça fontes oficiais e saber o que pensam supostos atingidos pela existência de pessoas em situação de rua, fica evidente o “não-lugar” a que são condenados aqueles que, ou por opção ou por necessidade, se encontram às margens daquilo que se convencionou denominar “sociedade das pessoas de bem”, que produz e reproduz a lógica capitalista que insiste em se dizer a única possível e aceitável em um mundo repleto de possíveis. Não pretendo dizer com isso que a situação em que vive o homem retratado é o melhor dos mundos, visto que a maioria das pessoas em situação de rua é alvo de violências diárias e não tem sua voz ouvida e reconhecida. O ponto aqui é outro e tem a ver com divisão de espaços, com [re]configurações do sensível, com afetos e formas diversas de conceber e viver supostas realidades, as quais assim o são (supostas) justamente porque não passam de ficções que querem se impor como verdades absolutas e inquestionáveis, cânones que formam e conformam um senso coletivo igualmente duvidoso.

Sobre tal ponto específico, enquanto Rancière (2012, p. 74) sustenta que “o real é sempre objeto de uma ficção [...]” e que “é a ficção dominante, a ficção consensual, que nega seu caráter de ficção fazendo-se passar por realidade e traçando uma linha de divisão simples entre o domínio desse real e o das representações e aparências, opiniões e utopias”, Santos (2002, p. 253) pondera que “[...] a realidade não pode ser reduzida ao que existe. Trata-se de uma versão ampla de realismo, que inclui as realidades ausentes por via do silenciamento, da supressão e da marginalização [...]”. Além disso, retomando a teoria sinérgica do físico teórico Hermann Haken, Santos (1988) comenta sobre a instabilidade do sistema visual em que vivemos, onde uma mesma imagem pode suscitar significados distintos, porém não necessariamente “verdadeiros” ou “falsos”, ou, mais precisamente, simultaneamente “verdadeiros” e “falsos”. Para ele, “é esta a ambiguidade e a complexidade da situação do tempo presente, um tempo de transição, síncrono com muita coisa que está além ou aquém dele, mas descompassado em relação a tudo o que o habita” (SANTOS, 1988, p. 1).³

Ainda que por caminhos distintos, ambos autores parecem concordar sobre o descabimento de uma verticalidade que privilegia olhares absolutos acerca do que vem a

³ Giorgio Agamben, em “O que é o contemporâneo?” (2009), ajuda a pensar o tempo presente como algo imbricado às noções de passado e futuro, como temporalidades que se articulam conjunta e proximamente. AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Editora Argos, 2009.

ser o “real”, movimento que torna obtusas e intransponíveis outras formas de conformação do social e tudo o que ele implica em termos de lugares, corpos e suas múltiplas significações. Assim, e antes de partir para a segunda imagem, sugiro um mergulho mais profundo nas noções de consenso e dissenso em Rancière, as quais têm a ver com as partilhas referidas anteriormente, e nas proposições acerca das sociologias das ausências e emergências, de Santos, que também se relacionam com as noções de emancipação e tradução.

2. Partilha do sensível, dissensos e consensos, sociologias das ausências e emergências, tradução e fotojornalismo

Quem jamais ouviu falar, direta ou indiretamente, “ponha-se no seu lugar!”? Por mais novelesca e policialesca que tal ordem possa soar em um primeiro momento, ela não designa apenas arrogância, não mesmo, e o famoso carteiraço, simbólico ou não, segue como prática cotidiana, sobretudo em sociedades em que as desigualdades (econômicas, sociais, étnicas, de gênero, geracionais etc) se mostram cada vez mais marcantes e emblemáticas. Diante disso, resta responder a algumas perguntas: o que está por trás de tal gesto? Quem deve voltar ao “seu lugar”? De que lugar estamos falando? E, sobretudo – como subverter tal imposição, que se estende desde os recintos mais íntimos de mulheres vítimas de feminicídio, indígenas queimados, homossexuais espancados, até as macro-disposições consolidadas como lugares de poder epistemológico que se pretendem unívocos?

Tanto Rancière quanto Santos oferecem pistas valiosas e, curiosamente ou não, ambos refletem sobre tradução e emancipação. No primeiro, a tradução tem a ver com processos comunicacionais, éticos e poéticos, enquanto a emancipação é entendida como um movimento em que os dominados não necessitam de uma voz supostamente superior para a tomada de decisões. Aliás, tal posicionamento se coaduna muito com o que pondera Spivak (2010), para quem não se trata de dar voz a quem não tem, unicamente porque todos têm voz e condições para falar por si e sobre si, mas de compartilhar e somar lógicas e percepções que podem bagunçar, por assim dizer, a pretensa

normatividade discursiva que vem do supostamente “mais alto” para o supostamente “mais baixo”, do supostamente “apto” para o supostamente “inapto”. Ainda neste sentido, vale lembrar com Pallotta (2014, p. 56) que o pensador francês foi aluno de Althusser, com quem teve a oportunidade de escrever a muitas mãos a obra *Para ler o capital* (1965), uma espécie de releitura e atualização do clássico marxista *O capital*. Em maio de 1968, porém, também na França, Rancière rompe teoricamente com Althusser ao perceber que, ao contrário do que seu então professor dizia, os operários não precisavam de uma voz “superior”, seja de filósofos ou líderes sindicais, para que pudessem compreender e lutar por suas necessidades e desejos, o que mais tarde viria a se cristalizar de modo assaz preciso em *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual* (2011), momento em que Rancière discorre sobre um certo tipo de modelo pedagógico que infantiliza os alunos e não reconhece nestes potenciais vetores de ensino e troca, sugerindo portanto a necessidade de admissão da igualdade das inteligências, das capacidades e possibilidades prementes em cada indivíduo, seja ele qual for, em um processo horizontalizado de aprendizagem e reconhecimento. Vale lembrar também que, antes disso, Rancière defende sua tese, *A noite dos proletários: arquivo do sonho operário* (1988), momento em que um arquivo composto de cartas, diários, notas de jornal, etc escritos por trabalhadores que viveram entre 1830 e 1851, naturalmente em um momento pré-sindical. Nele, o autor percebe que não era a reivindicação por melhores salários ou condições de trabalho que marcava os discursos, mas sim o desejo de emancipação, de um novo “lugar” onde houvesse tempo livre para o ócio, para o pensamento e o lazer. Ao invés de encontrar a palavra da vítima, do explorado, o então doutorando percebeu a altivez criativa de quem busca uma nova disposição dos corpos e das ocupações, uma reconfiguração do sensível partilhado. Anos mais tarde, também como desdobramento de tais descobertas, Rancière viria a refletir sobre a fragilidade do estabelecimento de consensos homogeneizantes, sinalizando para a importância do dissenso na partilha do sensível, o que em muito se relaciona com estética e política, conceitos que, segundo ele, são indissociáveis, isso porque esta última “[...] é estética [...] na medida em que é um modo de determinação do sensível, uma divisão dos espaços [...] destinados a essa ou àquela ocupação, uma forma de visibilidade e de dizibilidade do que é próprio e do que é comum” (RANCIÈRE, 1995, p. 8).

Santos (2002, p. 274), por sua vez, fala sobre a possibilidade de expansão do presente através da “sociologia das ausências” e a contração do futuro através da “sociologia das emergências”, as quais, segundo ele, podem viabilizar a reinvenção da experiência, subvertendo assim as lógicas da razão metonímica, “[...] que se reivindica como a única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade ou, se o faz, fá-lo apenas para as tornar em matéria-prima [...]” (SANTOS, 2002, p. 240) e as limitações da razão proléptica, “[...] que não se aplica a pensar o futuro, porque julga que sabe tudo a respeito dele e o concebe como uma superação linear, automática e infinita do presente”. Tais processos, de alargamento do presente e achatamento do futuro, ampliados pelas sociologias das ausências e emergências, sugerem justamente a ideia de que um futuro melhor não se faz no longínquo “um dia”, mas no hoje, no agora, no modo como reconhecemos (ou não) a existência de possíveis e impossíveis, uniformidades e variedades. A fim de conferir coerência a tal proposição, o autor aponta a tradução como sendo um dos meios através dos quais se tornam possíveis outras conexões epistemológicas e empíricas, conexões estas que teriam a capacidade de reconfigurar o modo como vivenciamos o “real”:

O trabalho de tradução permite criar sentidos e direcções precários, mas concretos, de curto alcance, mas radicais nos seus objectivos, incertos, mas partilhados. O objectivo da tradução entre saberes é criar justiça cognitiva a partir da imaginação epistemológica. O objectivo da tradução entre práticas e seus agentes é criar as condições para uma justiça social global a partir da imaginação democrática. O trabalho de tradução cria as condições para emancipações sociais concretas de grupos sociais concretos num presente cuja injustiça é legitimada com base num maciço desperdício de experiência. O trabalho de tradução, assente na sociologia das ausências e na sociologia das emergências, apenas permite revelar ou denunciar a dimensão desse desperdício. O tipo de transformação social que a partir dele pode construir-se exige que as constelações de sentido criadas pelo trabalho de tradução se transformem em práticas transformadoras. (SANTOS, 2002, p. 274)

Neste ponto é importante acionar a segunda imagem (Figura 2)⁴. Nela, igualmente um homem em situação de rua é fotografado. Ao contrário da primeira (Figura 1), no entanto, não apenas há um rosto, uma identidade, senão que sua representação vai de encontro ao modo como habitualmente pessoas em situação de rua são representadas

⁴ Disponível em:

<https://www.facebook.com/chocdocumental/photos/a.128461497546997/467734426953034/?type=3&theater>

em boa parte dos jornais, quer dizer, sujas, dormindo embaixo de marquises, em completa situação de indignidade, bêbadas etc.

Foto 2: SÃO PAULO/SP - 29/08/2017 Rua Augusta



Fonte: C.H.O.C Documental

Ao não identificar o indivíduo dentro de uma determinada história, dentro de um contexto específico (a legenda utilizada se limita a referenciar local e data do registro), tal imagem acaba por deixar ao “leitor” a construção de sentidos para a cena retratada, além de um bocado de perguntas. Quem é ele? O que estaria lendo? Possui mais livros? Será que, além de ler, também escreve sobre sua própria vida? Em outras palavras, percebe-se nela e nele um “ainda-não” (SANTOS, 2002), uma potência e uma possibilidade não limitantes. Além disso, em uma sociedade que costuma invisibilizar ou criminalizar pessoas em situação de rua, as quais comumente são consideradas desajustadas, viciadas ou mesmo desocupadas, vagabundas, tal registro acaba por colaborar para a desconstrução de tais preconceitos e intolerâncias, uma vez que o ato de ler, sobretudo em condições tão adversas, geralmente é evocado como algo positivo. Naturalmente não se trata de estetizar a aparência do “real”, que como visto anteriormente sempre é objeto

de uma ficção, mas de mostrá-lo de modo diverso, contribuindo assim para a [re]configuração do que pode ser visto, dito e pensado/subjetivado. Desse modo, o consenso, que “[...] estabelece [...] um enquadramento conceitual e imagético para qualquer interação e discussão, cujas contradições passam despercebidas por coincidirem com interesses hegemônicos ou por refletirem situações existentes e vistas como inalteráveis” (MARQUES, 2013, p. 113), dá lugar ao dissenso, o qual “[...] não é simplesmente o conflito de interesses ou de valores entre grupos, mas, mais profundamente, a possibilidade de opor um mundo comum a um outro” (RANCIÈRE, 2010, p. 57). Em outras palavras, cria-se uma constelação de possibilidades em torno das existências, que no caso específico não é apenas a de um homem em situação de rua, mas a de um universo em perpétua transformação.

A partir de tal perspectiva, se “não há nenhum aspecto da vida social que não esteja contaminado pela imagem” (MAFFESOLI, 1995, p. 137), então também me parece pertinente concordar com Sontag (2004, p. 195) quando afirma que “a mudança social é substituída por uma mudança em imagens”. Do mesmo modo, se fotografar “significa pôr a si mesmo em determinada relação com o mundo, semelhante ao conhecimento – e, portanto, ao poder” (SONTAG, 2004, p. 14), repensar a atividade fotojornalística a partir de uma leitura que contemple as reflexões de Rancière e Santos pode se mostrar um ato bastante profícuo, isso porque ambos autores propõem mudanças nos modos de visibilidade e inteligibilidade do “real”, ao que ensaio algumas considerações, obviamente preliminares e não limitantes.

3. Para não concluir, mas dissuadir o pensar

A primeira delas diz respeito ao modo como se fotografa, à interação fotógrafo/fotografado, que pode ser relacionada ao trabalho de tradução em Santos, o qual não só incide sobre os saberes senão sobre a própria prática e seus agentes (SANTOS, 2002). A segunda, por sua vez, sinaliza para um “ainda-não” premente em cada fragmento daquele “real”, reconhecido ou não pela razão metonímica e pela razão proléptica, que pretendem um mundo confinado em possibilidades hegemônicas e vistas como

inalteráveis, a exemplo da partilha policial do sensível nos termos propostos por Rancière. Em outras palavras, me parece que o trabalho de tradução, compreendido aqui como gesto intelectual, político, afetivo e ficcional, pode vir a ser bastante útil ao fazer fotojornalístico, muito embora se reconheça a incompletude inerente à toda captura daquele “real”, pois a ficção, que também é o “real”, “[...] não consiste em contar histórias, mas em estabelecer relações novas entre as palavras e as formas visíveis, a palavra e a escrita, um aqui e um alhures, um então e um agora” (RANCIÈRE, 2012, p. 99)

A gama de possibilidades na partilha (política) do sensível perpassa a desidentificação, a desconstrução e a reconfiguração do visível através da criação de outras zonas de contato, de outros modos de ver e existir, de outras ausências e presenças. Ao se colocar diante de uma cena, de uma pessoa, talvez fosse interessante que o fotógrafo (e mesmo qualquer jornalista) se perguntasse de que modo seu clique pode contribuir ou não para o estabelecimento e ratificação de determinadas “realidades”, o que certamente exige um olhar crítico e profundo acerca do mundo e de si mesmo e um desejo de transformação social que possa transcender a mera replicação do que “já está” dado, em contraposição aos “ainda-não” de cada sujeito fotografado em um determinado contexto sociocultural.

Se a criação de novas paisagens do possível é um trabalho que pressupõe o dilatamento do presente, das experiências, e a contração do futuro, das promessas que nunca se cumprem, então creio ser pertinente que a atividade fotojornalística se dê no âmbito da produção de novos e consecutivos dissensos imagéticos, de novas ficções. Como dito antes, não se trata de estetizar o “real”, mas de mostrá-lo diversamente, contra-hegemonicamente, criando assim outras ficções. Ainda que reconheçam as dificuldades inerentes a tal processo, tanto Santos quanto Rancière concordam sobre a possibilidade e a necessidade do estabelecimento de outras lógicas, outras angulações e abordagens, ao que o fotojornalista pode vir a experimentar a não-normatividade e a experiência dissensual como atos estético-políticos emancipadores. Corpos, lugares e não-lugares, vazios, completudes e incompletudes, presenças e ausências, visibilidades e invisibilidades – tudo isso também está presente nas imagens, elementos partícipes da própria vida.

Referências

- C.H.O.C Documental. **SÃO PAULO/SP - 29/08/2017 - Rua Augusta**. São Paulo, 29 de ago. de 2017. Facebook: @chocdocumental. Disponível em: <https://www.facebook.com/chocdocumental/photos/a.128461497546997/467734426953034/?type=3&theater>. Acesso em: 28 dez. 2019.
- FLORIANÓPOLIS se preocupa com quantidade de moradores de rua. **ND+**. Florianópolis, 28 jun. 2019. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/area-central-de-florianopolis-sofre-com-a-quantidade-de-mendigos/>. Acesso em: 28 dez. 2019.
- MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre, Artes Ofícios, 1995.
- MARQUES, Angela Cristina Salgueiro. Aspectos éticos, poéticos e comunicacionais do pensamento político de Jacques Rancière. **Logos**, v. 20, n. 2, 2013.
- PALLOTTA, Julien Bertrand Joseph. A trajetória teórico-política de Jacques Rancière. **Aisthe**, v. 8, n. 12, p. 52-68, 2014.
- RANCIÈRE, Jacques. **A noite dos proletários**: arquivos do sonho operário. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. Trad. Mônica Costa Netto. 14a ed. São Paulo: EXO experimental org., 2005.
- RANCIÈRE, Jacques. O efeito de realidade e a política da ficção. **Novos estudos CEBRAP**, n. 86, p. 75-80, 2010.
- RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2012.
- RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Autêntica, 2011.
- RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita**. São Paulo: Editora 34, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos avançados**, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.
- SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.